
Reunião do ***Sistema Estadual de Métodos para Execução Penal e Adaptação Social do Recuperando – SEMEAR***

Anfitrião: Instituto Ação pela Paz

Aos **vinte e cinco dias do mês de junho de 2026, às 10h00**, no Espaço Abrahão & Rosa, Instituto Ação Pela Paz, localizado na Rua Nestor Pestana, nº 101, Consolação, nesta cidade e comarca de São Paulo – SP, e *online* através da plataforma *Microsoft Teams*, sob a Coordenação do Exmo. Desembargador Dr. Luiz Antonio Cardoso, e da Sra. Maria Solange Rosalem Senese, comigo Cynthia Peres Ferrari Quichaba Costa, foi aberta a **reunião do SEMEAR**, nos termos do Provimento CG nº 30/2014.

Presentes: - **do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:** Dr. Luiz Antonio Cardoso, Desembargador Coordenador da Coordenadoria Criminal e de Execuções Criminais - CCRIM, Supervisor Adjunto do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - GMF e Gestor do SEMEAR; Cynthia Peres Ferrari Quichaba Costa, Coordenadora Técnica de Apoio à CCRIM; Letícia de Macedo Campos, Assistente Jurídica do Desembargador Amaro Thomé; Amanda Agripina Fonseca Torres, Escrevente Técnico Judiciário da CCRIM; Bruna Santos Buzzo e Lucas Claudiano de Souza, ambos da Comunicação do Tribunal de Justiça; - **do Instituto Ação Pela Paz:** Maria Solange Rosalem Senese, Diretora Executiva e Cofundadora; Eugênio Liberatori Velasques, Conselheiro; Marcos Ferreira, Especialista de Comunicação; Neuda Martins, Analista de Projetos; Rosileia Dias Pereira, Coordenadora Administrativa e Financeira; Dayane Martins, Analista de Projetos; Julia Guilmoto, Coordenadora de Projetos; Patrícia Stahelin, Recepção e Administrativo; Rodolfo Moreira Hojda dos Santos, Gerente de Operações; Michel Mota, Área de Comunicação; Bruno Feliciano, Analista Administrativo e Financeiro; Maria Luiza, Analista de Projetos; Mariana Amud, Analista de Projetos; Marina Drumond, Pesquisadora de Projetos; - **da Secretaria de Administração Penitenciária – SAP/Polícia Penal:** Ordilei Arruda de Lima, Diretor Geral Adjunto da Polícia Penal; Renato Bini, Coordenador de Tecnologia da Informação e Sistemas da Polícia Penal; Maria Aparecida Lopes, Chefe de Departamento de Ações de Reintegração Social e Psicóloga, representando a Coordenadoria de Reintegração Social da Polícia Penal; Thiago Azevedo, Assessor do COPEN; Claudia Bozzolan, Assessora do COPEN; Mauro Bittencourt, Policial Penal da Capital; Adriana, Chefe do Complexo Penal de Tupi Paulista; Agnaldo Aparecido Braga, Penitenciária de Tupi Paulista; Alex dos Santos Souza, Chefe de Departamento Regional de Segurança e Gestão da Coordenadoria Noroeste; Laerte Dourado, Chefe de Divisão Substituto, representando André Marcos Fellissiani, do CDP de Lavínia; Angélica, representando Dr. Diogo Fraga da Silva, Chefe de Divisão Regional de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional da Região Norte; Célio Gomes, Setor de Segurança e Disciplina do CR de Bragança Paulista; Fernando Augusto, Chefe de Trabalho e Educação da Penitenciária de Assis, representando Dr. Camolesi, Chefe de Departamento; Gisele Angélica Silveira Rodrigues, da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa da Polícia Penal; Graciela Minozzi, Chefe de Departamento da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Sistemas da Polícia Penal; Karina Daros, DRS Complexo Penal de Serra Azul; Lilian Tardem Ferro Berti, Chefe de Divisão Regional de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional da COREVALI; Marcos Munhoz, Divisão de Trabalho e Educação da Região Central; Michele Adriana de Gouvea Gomes, da Penitenciária Feminina II de Tremembé; Nilton Ribeiro Rumão, Chefe de

Departamento do Complexo Penal de São Vicente; Fernanda, Chefe de Serviço de Apoio Técnico Administrativo do Complexo Penal de Mirandópolis, representando Odair Caetano; Gilmerson, representando Osório Hermelindo da Silva Júnior, Chefe de Divisão da Penitenciária I de Lavínia; Thiago, da Penitenciária I de Franco da Rocha, representando Douglas Gomes de Oliveira, Diretor de Divisão; Paulo, do Complexo Penal II de Pacaembu, representando Dr. Rodrigo Feliciani, Chefe de Departamento; André, Chefe de Seção de Formação de Trabalho e Capacitação Profissional, da Penitenciária de Presidente Venceslau, representando Dr. Jean; Júlio, da Penitenciária de Registro; Vagner Mançano, do CDP I de Pacaembu; Vânia, do CDP II de Pacaembu; Marco Antonio Paulosso Domingos, do Complexo Penal de Ribeirão Preto; Jefferson Rodrigues de Freitas, Chefe de Departamento do CDP de São José dos Campos; Waldir Ribeiro Junior, do Complexo Penal II de Guarulhos; Cristiani Mariano, representando a Divisão de Trabalho e Educação da Região Oeste; - **da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP”**: Alexandre Rodrigues Cabrera, Diretor Adjunto de Atendimento e Promoção Humana; - **da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB**: Dr. Leandro Lanzellotti de Moraes, Presidente da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB/SP e do COPEN/SP; Daniele Postoiev Fogaça Terra, Secretária-Geral da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB/SP e Conselheira do COPEN/SP; - **de outras instituições e sociedade civil**: Neide dos Santos Cardoso, Presidente do Conselho da Comunidade da Comarca de Lorena; Eduardo Casarotto, Pesquisador e Presidente do Instituto Humanar; Anna Larissa, Estudante internacional de Justiça Criminal; Ivete Belfort, Projetos *Educação para a Paz* e *Ouça sua Voz*; Leonardo Precioso, CEO do Instituto Recomeçar; Maria Elisa Pereira Lopes, professora da Universidade Mackenzie; Thiago Saboya, professor da Universidade Mackenzie; Leandro Lira, futuro Conselheiro do Conselho da Comunidade da Comarca de Itu; Juliane Zoratti, Advogada e Consultora INNOVARE; Ezequiel Pires da Silva, Diretor do Instituto Penal de Novo Hamburgo/RS; Rafael Guedes da Silva, representando a Associação Viver Sem Cárcere, do Rio Grande do Sul; Amanda Freire de Amorim, Psicóloga e Assistente Ministerial do Ministério Público do Mato Grosso, representando o SEMEAR/MT; Ivy Farias, Projeto *Letra Materna*, em parceria com a FUNAP; Rosaura, Projeto *Dois Sonhos*, em parceria com a FUNAP; Felipe Cardoso da Silva Campos, representando a Diretora de Sustentabilidade da CNseg, Claudia Prates;

Principais deliberações. Apresentação de todos (13 min). Avisos. Aprovação da Ata da última reunião, enviada para os participantes, independente da sua leitura. Participação na reunião de vários atores, Poder Executivo, Poder Judiciário, sociedade civil, com aproximação entre todos, conexões, possibilidades e aprendizados. A Diretora Executiva do Instituto Ação Pela Paz iniciou os trabalhos, destacando os principais temas da reunião, sendo:

1. Números SEMEAR
2. Informes
3. Momento Aprendizado
4. SEMEAR no Estado do Mato Grosso

1. **Números SEMEAR:** no início da reunião, foram exibidas imagens das quatro primeiras reuniões do ano, que ocorreram na sede do Instituto Ação Pela Paz (12/02, 15/04 e 21/05), sendo a do mês de março (26/03) realizada no Palácio da

Justiça, precedida de uma visita guiada pelo prédio histórico. Na sequência, a imagem da linha do tempo do Programa SEMEAR ao longo dos anos de 2014 a 2026, em que o programa não só sobreviveu, mesmo com a troca de Secretários de Estado da Administração Penitenciária de São Paulo (3 gestões) e de Presidentes do Tribunal de Justiça de São Paulo (7 gestões), como ganhou cada vez mais força. Sobre os números, desde o início, foram apoiados 1.393 projetos; alcançadas 159 unidades prisionais em São Paulo, o que corresponde a 87%. Reeducandos atingidos: 52.862; egressos: 6.249; servidores: 517. Investimentos ao todo da sociedade civil até maio de 2026: R\$ 10.412.703,72. Somente no ano de 2026: R\$ 712.040,62. No tocante ao ano corrente, foram 878 turmas apoiadas de janeiro a junho; 755 projetos aprovados, somados a 123 remanescentes dos outros anos. Até então, 95 unidades prisionais atendidas. Projetos por região: 138 – Central; 60 – Metropolitana; 41 – Vale do Paraíba e Litoral; 488 – Noroeste; 88 – Norte; 63 – Oeste. Ainda, 04 projetos de apoio ao egresso no estado de São Paulo (*Recomeçar, Resposta, Supera e Nova Rota*) e 03 projetos institucionais.

2. **Informes:** a Sra. Solange contou a todos que, lá atrás, quando o SEMEAR (Sistema Estadual de Métodos para Execução Penal e Adaptação Social do Recuperando) nasceu, em 2014, não sabiam como seria criar e implantar uma metodologia e adaptá-la para as unidades prisionais. Com o tempo, perceberam a importância da sociedade civil nesse processo, em que também entram os Conselhos da Comunidade, citados, inclusive, na Lei de Execução Penal. Então, uma coisa importante que logo identificaram, através do Conselho da Comunidade de Taubaté, da formação do Conselho da Comunidade de Limeira, foi o quanto as pessoas da sociedade civil, de maneira organizada e em harmonia com a unidade prisional, poderiam contribuir na execução da pena. Assim, a ideia era estimular a formação dos Conselhos da Comunidade, em apoio ao trabalho do SEMEAR. Em 2021, foi realizado um primeiro evento, que apesar de reunir muitos interessados, não reverberou na formação de mais Conselhos. Foi observada a necessidade de “*ter um dono*” para essa demanda. Recentemente, o Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo assumiu essa responsabilidade. Na ocasião, foi dada a palavra ao Dr. Leandro Lanzelotti e à Sra. Claudia Bozzolan, respectivamente Presidente e Chefe de Serviço do COPEN, que expuseram sobre o trabalho do órgão no fortalecimento dos Conselhos da Comunidade. Deram destaque ao Plano Estadual Pena Justa, que traz uma meta de Conselhos da Comunidade a serem instalados em todo o estado de São Paulo. O Dr. Leandro ressaltou que foi estratégico trazer esse projeto para o COPEN, um órgão misto, composto por integrantes da sociedade civil (Conselho Regional de Psicologia, Ordem dos Advogados do Brasil e Conselho Regional de Medicina) e do Sistema de Justiça Criminal (Defensoria Pública, Ministério Público Estadual e Federal), o que se alinha aos ditames da Lei de Execução Penal, a qual prevê que os Conselhos da Comunidade deverão encaminhar os relatórios de suas atividades ao Juízo da Execução Criminal e ao Conselho Penitenciário, demonstrando a importância desse compartilhamento de dados e da adoção de providências a partir das informações coletadas. Dessa

forma, o COPEN, sendo um órgão da execução penal no âmbito estadual, também tem esse dever de fortalecer o Conselho da Comunidade dentro das comarcas, com uma interlocução mais direta, atendendo, assim, o Plano Pena Justa e beneficiando o próprio cenário local. Aliás, nesse escopo de fortalecimento dos Conselhos da Comunidade, foi realizado o Curso *“Conselhos da Comunidade: Fundamentação Normativa, Formalização e Efetividade”*, dividido em três encontros, nos dias 13/05, 20/05 e 27/05, de forma presencial na sede da Escola Paulista da Magistratura (EPM) e *online* por meio da plataforma *Microsoft Teams*. O curso, fruto da parceria entre o Tribunal de Justiça de São Paulo, CCRIM, GMF, COPEN, SAP e IAP, sob a Coordenação dos Desembargadores Gilberto Leme Marcos Garcia e Luiz Antonio Cardoso, alcançou todo o estado de São Paulo e outras regiões do Brasil. Ainda em maio, houve a instalação dos Conselhos da Comunidade de Osasco (15/05) e Franco da Rocha (25/05). Também houve uma primeira reunião para criação do Conselho da Comunidade de Santo André. A Sra. Claudia explanou sobre todo o trabalho de articulação que o COPEN vem fazendo com os juízes locais e prefeituras para a ativação de mais Conselhos da Comunidade. Ressaltou que muitos deles já existiam, mas atualmente se encontram desativados, e o COPEN assumiu essa missão de entender o que é preciso para que voltem a funcionar. Nessas tratativas, perceberam que uma grande dificuldade está na formalização jurídica desses órgãos, como o registro em cartório e a obtenção do CNPJ para seu pleno funcionamento e organização contábil. Diante disso, conseguiram o apoio do Programa SEMEAR por meio das custas do processo de formalização dos Conselhos da Comunidade, inclusive com a contratação de contator, possibilitando sua autonomia institucional e regularidade contábil. De início, serão 20 Conselhos apoiados. Em seguida, a Sra. Cynthia Ferrari, Coordenadora Técnica de Apoio à CCRIM, comentou sobre o sucesso do Curso *“Conselhos da Comunidade: Fundamentação Normativa, Formalização e Efetividade”*, que teve 267 inscritos, cerca de 40 na modalidade presencial, e uma ampla adesão em todos os encontros. Compartilhou que a Coordenadoria também está com um projeto para o segundo semestre – *“Ciclo de Palestras: Execução Penal e Políticas Não Privativas de Liberdade, com Atenção às Interseccionalidades”* –, uma sequência de palestras, fruto da parceria firmada entre EPM, TJSP – CCRIM, SAP, COPEN e IAP, com o objetivo de atender meta do Plano Pena Justa e discutir temas atuais da execução penal. Ato contínuo, a Sra. Solange expôs que a equipe do IAP procura constantemente *“afiar o machado”*, no sentido de estar sempre aprendendo e aprofundando os conhecimentos sobre aquilo com o que trabalham. E, na ocasião, a Analista de Projetos Maria Luisa contou que o Dr. Leandro Lanzelotti deu uma aula aos analistas do instituto sobre os regimes de cumprimento de pena (tipos e progressão), destacando que foi uma experiência muito rica. Em seguida, a Sra. Solange trouxe números da aferição da reincidência criminal em São Paulo, explicando que o Programa SEMEAR considera reincidente aquele que, após participar de um ou mais projetos, deixa o sistema prisional e retorna após o cometimento de um novo crime. Foi apresentada uma linha do tempo, sendo que, em 2016 (primeira aferição), 99% dos participantes não reincidiram. Porém, o

número de pessoas aferidas foi 272. Já em 2024 (sexta aferição), apesar da queda da porcentagem de não reincidência para 82,06%, o número de aferidos saltou para 25.677, além do fato dessas pessoas estarem sendo monitoradas há cerca de 10 anos, o que revela a importância desses dados serem analisados em sua completude para a real compreensão do que dá certo e do que pode impactar ainda mais os trabalhos do SEMEAR. A Sra. Solange mostrou o percentual de recuperação dividido por assistência, sendo: cultura – 91%; psicossocial – 87%; geração de renda – 84%; educação – 79%; esporte – 77% e qualificação profissional – 71%. Há ainda divisões por faixa etária, gênero, grau de escolaridade, região, unidade prisional, entre outras. Aproveitou a oportunidade para comentar sobre a reunião entre as equipes da Polícia Penal, do Instituto Ação Pela Paz e da Coordenadoria Criminal e de Execuções Criminais do Tribunal de Justiça de São Paulo, naquela semana, realizada justamente para discutir a aferição da reincidência criminal, os resultados dos projetos apoiados pelo Programa SEMEAR e o papel desses dados na gestão penitenciária. O objetivo central da discussão foi trazer maior clareza sobre o que efetivamente pode contribuir para a recuperação das pessoas privadas de liberdade, indo além da simples medição de participação em projetos. Buscou-se compreender quais são as dificuldades estruturais e operacionais que ainda limitam esse processo de coleta e análise de dados, bem como identificar quais iniciativas, assistências ou combinações de ações geram melhores resultados ao longo da trajetória da pessoa no sistema prisional e após a sua saída. O Dr. Ordilei Arruda de Lima, Diretor Geral Adjunto da Polícia Penal, que participou da referida reunião, deu ênfase à importância do que chamou de “*profissionalização*” da coleta de dados, com o auxílio da tecnologia, para a obtenção de informações cada vez mais íntegras, gerando resultados ainda mais realísticos. Um dos pontos abordados na reunião foi a atual fragmentação dos dados e a necessidade de automatização da coleta, integração entre sistemas e uso de tecnologias para auxiliar e simplificar os trabalhos. Comentou sobre um projeto piloto na Penitenciária de Assis, com controle de movimentação carcerária e frequência por biometria facial, e o impacto que isso teria na aferição das participações nos projetos e no aprimoramento dos trabalhos. Foi levantada a possibilidade de investimento pelo SEMEAR nesse tipo de equipamento tecnológico dentro das unidades prisionais. Ainda, foi proposta a criação de um Comitê Técnico de Aferição Estratégica, com caráter permanente, participação multissetorial e cronograma de atividades, para o desenvolvimento da metodologia para a análise dos dados coletados. O Dr. Ordilei enfatizou a importância da articulação entre todos os poderes e a sociedade civil para o avanço da questão prisional e ressocialização dessas pessoas. O Dr. Cardoso emendou dizendo que, se cada instituição parceira que trabalha com reeducandos e egressos do sistema prisional fizesse a captação e o compartilhamento dos dados com o Programa SEMEAR, isso contribuiria muito para a aferição da reincidência criminal e verificação daquilo que funciona na recuperação dessas pessoas, daquilo que deve ser aprimorado ou descartado, além de dar credibilidade aos trabalhos realizados. O Dr. Eduardo Casarotto, Pesquisador e Presidente do Instituto Humanar, completou as falas, afirmando que a união entre tecnologia e ciência será

fundamental no trabalho do referido comitê, o que irá refletir além do cenário penitenciário. Ressaltou que dados como esses devem ser usados em outras áreas, como na educação. Como disse a Sra. Solange, devemos também focar em evitar a incidência criminal, não somente a reincidência. Na sequência, a Chefe de Departamento da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da SAP, Sra. Maria Aparecida Lopes, representando a Coordenadora Carolina Maracajá, narrou como foi celebrar os 10 anos da Jornada da Cidadania e as conquistas alcançadas. Na ocasião, o Programa SEMEAR recebeu uma placa, em reconhecimento à sua contribuição para o fortalecimento dessas Jornadas da Cidadania, Trabalho e Renda, uma política pública de promoção da cidadania, reintegração e inclusão sociais no âmbito da execução penal paulista, promovida pela SAP. O Dr. Cardoso fez questão de lembrar que essa premiação pertence a todos que participam do SEMEAR e que o trabalho está valendo a pena.

- 3. Momento Aprendizado:** na continuação, a Sra. Solange compartilhou que um grupo de analistas do IAP foi recebido pela equipe da Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado, nas pessoas do Coordenador, Dr. Malvino André Alves Fahl, do Chefe de Divisão Regional de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional, Dr. Diogo Fraga da Silva, e da Sra. Angélica Baptista Chiqueto, para formação dos policiais penais sobre os projetos do Programa SEMEAR. Ocorreu uma verdadeira troca de experiências entre os envolvidos. A Sra. Angélica relatou que foi algo muito enriquecedor para a coordenadoria. Houve muitas perguntas dos participantes, que, após esclarecidas pelo pessoal do IAP, resultou no interesse de ampliar o número de projetos nas unidades prisionais da região norte do estado, inclusive, diversificando as assistências. A Sra. Solange apontou que a intenção é que essa iniciativa ocorra nas demais coordenadorias. A Sra. Ivy Farias, do Projeto *Letra Materna*, em parceria com a FUNAP, deu seu depoimento sobre a importância dos dados desses trabalhos desenvolvidos com as pessoas privadas de liberdade e egressos não ficarem restritos apenas ao SEMEAR e à FUNAP. Deu como exemplo a Igreja Universal, além de outros atores que estão “*lá na ponta*”, que possuem muitas informações, mas muitas vezes são leigos na coleta de dados. Então, segundo ela, uma maior comunicação e articulação entre todas as frentes que atuam com essas pessoas, com objetivos comuns, fortaleceria a causa. A Sra. Ivete Belfort (Projetos *Educação para a Paz* e *Ouça sua Voz*) contou que possuem cerca de 40 mil reflexões de detentos das unidades prisionais de São Paulo, de pessoas nas mais diversas situações, e que há uma pesquisa qualitativa de todo esse conteúdo a ser apresentada em 2027. O estudo servirá, entre muitas coisas, para compreendermos mais a fundo os pensamentos e sentimentos dessas pessoas. O Diretor Adjunto de Atendimento e Promoção Humana da FUNAP, Sr. Alexandre Rodrigues Cabrera, expôs que a entidade realiza um controle quantitativo e qualitativo da execução de cada um de seus projetos, para entender a efetividade de aplicação deles para cada um dos 16 indicadores que são monitorados. Porém, reconheceu a necessidade e a importância de uma análise dos resultados concretos desses projetos na redução da reincidência criminal.

4. **SEMEAR no Estado do Mato Grosso:** já se encaminhando para o final da reunião, foi dado destaque à participação do Dr. Cardoso, da Sra. Solange, do Cel. Marco Antonio Severo, Secretário Executivo da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, e do Dr. Jean Ulisses Carlucci, Coordenador da Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado de São Paulo, no lançamento oficial do Programa SEMEAR em Mato Grosso, durante o Encontro Técnico *“Inteligência na Execução Penal e a Importância da Ressocialização”*, realizado nos dias 28 e 29 de maio, em Cuiabá. No referido estado, o SEMEAR é resultado do Termo de Cooperação Técnica nº 32/2024, firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a Defensoria Pública, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Justiça, e o Instituto Ação Pela Paz. O objetivo é fortalecer ações voltadas à reinserção social de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, por meio da atuação integrada entre poder público, sistema de justiça, administração penitenciária e sociedade civil. A Sra. Amanda Freire de Amorim, Psicóloga e Assistente Ministerial do Ministério Público do Mato Grosso, representando o SEMEAR/MT, deu um panorama dos trabalhos que estão sendo realizados por lá, demonstrando muito ânimo e felicidade nessa jornada que está apenas começando. A Dra. Neide Cardoso, Presidente do Conselho da Comunidade da Comarca de Lorena, parabenizou o Programa SEMEAR por todo o bem que faz para a humanidade, afirmou que a cada reunião de que participa sai uma nova pessoa, e que os participantes são merecedores de todos os prêmios que recebem.

Encerradas as manifestações, foram agendados **a data e o local do próximo encontro:** reunião no **dia 30 de julho, quinta-feira, às 10h00, no Espaço Abrahão & Rosa, Instituto Ação Pela Paz**, localizado na Rua Nestor Pestana, nº 101, Consolação, São Paulo – SP, com o agradecimento pelo Gestor do SEMEAR pela participação maciça das pessoas na reunião.

Metas 2026. 1. *ampliar o alcance dos projetos em todas as coordenadorias;* 2. *trabalhar o tema da dependência química nas mais diversas perspectivas junto a iniciativas de valorização da família;* 3. *aprimorar o processo para realização da aferição e análise dos dados da reincidência criminal (levando em conta outras assistências, como trabalho, elevação da escolaridade, visita familiar, assistência médica e odontológica);* 4. *ampliação e fortalecimento dos Conselhos da Comunidade;* 5. *manter o fortalecimento do SEMEAR na comunicação com SAP, TJSP e sociedade civil;* 6. *ampliar a presença do SEMEAR na Escola Paulista da Magistratura;* 7. *manter as reuniões mensais do SEMEAR;* 8. *ampliar a participação do SEMEAR em outros estados.*

DES. COORDENADOR – CCRIM – TJSP
DR. LUIZ ANTONIO CARDOSO

DIRETORA EXECUTIVA - IAP
SOLANGE SENESE

Coord. Técnica de Apoio à CCRIM
CYNTHIA PERES FERRARI QUICHABA COSTA